

# Índice

## CAPÍTULO 50

### PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Noções gerais.....	19
2. Sua natureza jurídica. Teorias do contrato e do quase contrato .....	20
3. Teoria da relação jurídica.....	21
4. Outras teorias.....	23
5. A teoria dominante .....	24
6. Sujeitos da relação processual .....	24
7. Objeto da relação jurídico-processual.....	24
8. Autonomia da relação processual .....	25
9. Caracteres .....	25
10. Pressupostos processuais .....	26
11. Início e fim do processo.....	27

## CAPÍTULO 51

### DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. O processo como sucessão de atos e como relação jurídica .....	29
2. Pressupostos processuais .....	30
3. A teoria dos pressupostos como requisitos para a válida formação do processo.....	30
4. A teoria dos pressupostos de existência e de validade.....	31
5. Os pressupostos de existência.....	33
6. Os pressupostos de validade .....	33

## CAPÍTULO 52

### FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento .....	39
2. Processo e procedimento .....	40
3. As alterações introduzidas no Processo Penal .....	43
4. Formas procedimentais .....	48
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função .....	48
6. Observações indispensáveis para a análise dos procedimentos quando se tratar de foro sem prerrogativa de função .....	64
7. Regras gerais aplicáveis a todos os procedimentos de primeiro grau, pouco importando se comum ou especial, se previsto ou não no CPP .....	67
8. Rejeição da denúncia ou queixa.....	68
9. Procedimento ordinário.....	78
10. Prazo para a conclusão da instrução .....	95
11. Procedimento sumário .....	95
12. Suspensão condicional do processo .....	97
13. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação.....	117
14. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93 .....	134
15. Procedimento sumariíssimo .....	135
16. Crimes da competência do Tribunal do Júri.....	137
17. Procedimento .....	154
18. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação.....	156
19. Pronúncia. Efeitos.....	163
20. Questionário. Ordem dos quesitos .....	226
21. Exemplos de quesitação.....	234
22. A sentença .....	246
23. Súmula do procedimento do Júri .....	256
24. Modelo de sentença absolutória.....	258
25. Modelo de sentença condenatória.....	259
26. Modelo de sentença, em caso de desclassificação .....	260

## CAPÍTULO 53

### PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos .....	265
--	-----

2. Crimes contra a honra.....	271
3. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial. ....	286
4. Particularidades da fase pré-processual .....	288

#### CAPÍTULO 54

### PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares .....	295
2. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências .....	301
3. Crimes de imprensa .....	305
4. Crimes eleitorais .....	305
5. Entorpecentes.....	309
6. Crimes contra a fauna e a flora .....	312
7. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores .....	313
8. Crimes de abuso de autoridade .....	313
9. Crimes contra a economia popular .....	315
10. O Júri de economia popular (extinto) .....	317
11. Crimes de responsabilidade de Prefeitos .....	322
12. Crimes da Lei das Licitações.....	322

#### CAPÍTULO 55

### PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares .....	325
2. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contra-venção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arqui- vamento das informações? .....	328
3. O procedimento das contrações eleitorais. Observações .....	329

#### CAPÍTULO 56

### DA SENTENÇA — I

1. Tripartição dos Poderes.....	331
2. Atos judiciários em sentido lato e sua classificação .....	332
3. Jurisdição voluntária .....	334
4. Atos anômalos .....	335

5. Atos jurisdicionais .....	336
6. Os atos jurisdicionais penais.....	337
7. Classificação dos atos jurisdicionais segundo o órgão do qual promanam .....	340
8. Sentenças executáveis, não executáveis e condicionais .....	341
9. Sentenças simples e subjetivamente complexas .....	341
10. Conceito de sentença .....	342
11. Estrutura lógica.....	343
12. Natureza jurídica.....	344
13. Função da sentença .....	345
14. Requisitos da sentença.....	348
15. Clareza e precisão da sentença penal .....	352
16. <i>Jura novit curia</i> .....	353
17. <i>A mutatio libelli</i> .....	355
18. Conceito de “elemento” e “circunstância” .....	356
19. O procedimento a ser observado na hipótese do art. 384 e parágrafos do CPP .....	358

## CAPÍTULO 57

### DA SENTENÇA — II

1. Publicação da sentença .....	361
2. Efeito da publicação .....	363
3. Intimação da sentença.....	364
4. Sentença penal absolutória.....	367
5. Efeitos da sentença penal absolutória .....	368
6. Sentença penal condenatória.....	370
7. O problema da aplicação da pena .....	371
8. Efeitos da sentença penal condenatória .....	381

## CAPÍTULO 58

### DA COISA JULGADA

1. Coisa julgada .....	389
2. Fundamento político da coisa julgada.....	391
3. Natureza jurídica.....	392
4. Limites objetivos da coisa julgada .....	396
5. Limites subjetivos da coisa julgada .....	397

CAPÍTULO 59  
**DOS RECURSOS**

1. Conceito. Generalidades .....	401
2. Fundamento .....	404
3. Pressupostos lógico e fundamental .....	406
4. Classificação da sucumbência .....	406
5. Pressupostos recursais objetivos .....	411
6. Pressupostos subjetivos .....	421
7. Juízo de admissibilidade .....	422
8. Extinção normal e anormal dos recursos .....	423
9. Classificação dos recursos .....	424
10. Recursos voluntário e necessário .....	424
11. Efeitos dos recursos .....	428

CAPÍTULO 60  
**DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

1. A variedade de recursos em matéria processual penal .....	435
2. O recurso em sentido estrito .....	437
3. A enumeração feita pelo art. 581 é taxativa? .....	438
4. Forma e prazo de interposição .....	439
5. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado? .....	440
6. Prazo para as razões e contrarrazões .....	441
7. O Juiz pode retratar-se? Retratando-se o Juiz, poderá a parte contrária recorrer? .....	442
8. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito? .....	444
9. O recurso em sentido estrito será sempre endereçado ao Tribunal de Justiça? .....	445
10. As decisões que comportam recurso em sentido estrito .....	446
11. O recurso por termo nos autos .....	457
12. Efeitos .....	458

CAPÍTULO 61  
**DA APELAÇÃO**

1. Noções .....	461
-----------------	-----

2. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação? .....	463
3. Toda sentença condenatória ou absolutória é apelável? .....	466
4. Forma de interposição.....	467
5. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada?.....	468
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	468
7. Podem ser juntados documentos nas razões ou contrarrazões?.....	469
8. Pode o apelante apresentar suas razões na superior instância? .....	469
9. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	472
10. Apelação plena e limitada.....	473
11. Prazo para a remessa dos autos à superior instância.....	474
12. Pressupostos do recurso de apelo.....	475
13. Prazo para a apelação .....	476
14. Extinção anormal da apelação .....	480
15. Em qualquer apelação, o juízo <i>ad quem</i> funciona sempre como <i>judicium rescindens</i> ?.....	483
16. A apelação sobe nos próprios autos? .....	488
17. Absorção do recurso em sentido estrito .....	488
18. O prazo para o assistente apelar.....	488
19. Prazo para o Ministério Público apelar.....	492
20. Apelação sumária e ordinária .....	494
21. Efeitos do recurso de apelação .....	495
22. A apelação do assistente tem efeito suspensivo? .....	497
23. A <i>reformatio in pejus</i> .....	497
24. <i>Reformatio in melius</i> .....	509

## CAPÍTULO 62

### DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Noções .....	515
2. O protesto é recurso exclusivo da Defesa .....	516
3. Quando cabe o protesto .....	516
4. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto? ....	517
5. Poderá a Defesa protestar e apelar? .....	520
6. Quantas vezes poderá o réu protestar por novo Júri?.....	521
7. Realizado o segundo julgamento, poderá o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro? .....	522

8. Razão histórica do protesto.....	522
9. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?.....	524
10. Poderá o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?.....	525
11. Não realização do Júri .....	526
12. A abolição do protesto.....	527

## CAPÍTULO 63

### DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Considerações preliminares .....	531
2. Os embargos infringentes e os de nulidade.....	533
3. Prazo para a sua interposição e o respectivo procedimento .....	534
4. Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra toda decisão de segunda instância?.....	535
5. Os embargos na Suprema Corte.....	538
6. A particularidade que apresentam os embargos infringentes na Justiça Militar .....	540
7. Para o réu opor embargos infringentes e de nulidade deverá recolher-se à prisão?.....	541
8. Embargos no STJ.....	541

## CAPÍTULO 64

### EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Generalidades .....	545
2. Quando podem ser opostos .....	546
3. A quem são dirigidos. Prazo.....	546
4. Pressupostos.....	547
5. Procedimento .....	547
6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?.....	547
7. Extensão dos embargos declaratórios .....	549
8. Quem pode interpô-los.....	550

9. Quem os julga.....	550
10. Os embargos na inferior instância.....	550
11. Retratabilidade.....	551
12. Suspende o prazo de outro recurso? .....	551
13. Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração .....	552

## CAPÍTULO 65

### DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. A carta testemunhável é recurso?.....	553
2. Quando cabe? .....	553
3. E se o recurso denegado for o extraordinário?.....	556
4. A denegação de outros recursos.....	556
5. A quem é requerida a carta testemunhável?.....	556
6. Procedimento .....	557
7. A entrega do recibo pelo escrivão.....	557
8. A carta tem efeito suspensivo? .....	558
9. Procedimento na superior instância .....	558
10. Por que a denominação “carta testemunhável”? .....	558
11. Como se conta o prazo do art. 640 do CPP .....	560

## CAPÍTULO 66

### DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Generalidades .....	563
2. Cabimento.....	563
3. Admite-se a correição no processo civil? .....	565
4. Origem da correição .....	565
5. Surgimento da correição no Estado de São Paulo. Órgão competente para apreciá-la.....	565
6. É inconstitucional?.....	566
7. É um recurso?.....	567
8. A correição, no Estado de São Paulo.....	567
9. Procedimento .....	568

## CAPÍTULO 67

### DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais.....	571
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser .....	572
3. A denominação “extraordinário” .....	574
4. Outras funções do STF .....	574
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?.....	575
6. Legitimidade .....	580
7. Procedimento .....	581
7-A. Preparo .....	581
8. Denegação. Recurso oponível.....	585
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i> .....	586
10. O prequestionamento .....	586
11. Súmulas do STF em matéria criminal.....	588

## CAPÍTULO 68

### RECURSO ESPECIAL

1. Cabimento.....	599
2. Procedimento .....	601
2-A. Cabe recurso especial contra decisão de Turma Recursal? .....	602
3. O problema da relevante questão federal .....	605
4. Finalidade do recurso especial.....	606
5. A exigência de esgotamento das vias ordinárias.....	607
6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial....	607
7. Denegação do recurso especial. Providência .....	608
8. Efeitos do recurso especial .....	609
9. O prequestionamento .....	610
10. Súmulas do STJ em matéria criminal .....	610
11. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal .....	619

## CAPÍTULO 69

### DOS AGRAVOS NO PROCESSO PENAL

1. Histórico .....	621
--------------------	-----

2. Agravo de instrumento.....	624
3. Agravo em execução.....	626
4. Agravo regimental.....	628
5. Recurso inominado.....	628

## CAPÍTULO 70

### RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Os três tipos de recurso ordinário constitucional.....	631
2. O recurso criminal ordinário constitucional previsto no art. 102, II, b, da Lei Básica.....	632
3. Providência contra a denegação do recurso criminal ordinário constitucional.....	636
4. O outro tipo: recurso ordinário constitucional.....	636
5. Procedimento do recurso ordinário constitucional para o STF.....	636
6. Recurso ordinário constitucional para o STJ. Procedimento.....	638

## CAPÍTULO 71

### “HABEAS CORPUS”

1. Histórico. O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	643
2. A entrada do <i>habeas corpus</i> em texto constitucional brasileiro. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	647
3. A reforma constitucional de 1926 e as demais Constituições até a atual.....	653
4. Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i> .....	654
5. O <i>habeas corpus</i> como verdadeira ação.....	655
6. Quem pode impetrar.....	657
7. Relaxamento da prisão.....	659
8. O constrangimento.....	660
9. O recurso <i>ex officio</i> .....	660
10. Competência originária.....	661
10-A. E se o órgão coator for a Turma de Recursos de que trata a Lei dos Juizados Especiais Criminais?.....	670
11. Competência recursal.....	672
12. Concessão e denegação de <i>habeas corpus</i> .....	673

13. O <i>habeas corpus</i> na Justiça Militar.....	674
14. Casos especiais .....	674
15. Observações .....	675
16. O órgão competente dos Tribunais para julgar.....	676
17. Quando o constrangimento é ilegal.....	676
18. Salvo-conduto .....	682
19. O <i>habeas corpus</i> tranca o processo?.....	682
20. Apresentação do paciente .....	684
21. Sanções .....	684
22. Pedido de informações.....	685
23. Intervenção do Ministério Público.....	685
24. Como pode ser impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	685
25. Concessão .....	686
26. Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	687
26-A. Cabe <i>habeas corpus</i> para julgar indeferimento de liminar? .....	688
27. Extensão .....	691
28. Reiteração .....	691
29. Recursos extraordinário e especial.....	692
30. Não cabimento de <i>habeas corpus</i> .....	693
31. Ato de particular .....	695
32. Problemas especiais .....	696
33. Mandado de segurança.....	697

## CAPÍTULO 72

### DA REVISÃO

1. Observações preliminares .....	701
2. O erro judiciário e a coisa julgada .....	704
3. A revisão <i>pro societate</i> .....	706
4. A revisão criminal no Brasil .....	708
5. Natureza jurídica.....	709
6. Pressuposto primordial da revisão .....	712
7. Oportunidade .....	713
8. Legitimidade .....	713
9. O Ministério Público poderá requerer a revisão?.....	716

10. A revisão e a decisão do Júri .....	718
11. Competência .....	725
12. Os fundamentos do pedido .....	727
13. Extinção da punibilidade .....	730
14. Unificação de penas .....	732
15. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido? .....	733
16. O condenado precisa recolher-se à cadeia?.....	733
17. Conversão em diligência.....	734
18. A regra dos arts. 621 e 626.....	734
19. Absolvição e revisão.....	735
20. Prazo.....	735
21. O pedido .....	736
22. Procedimento .....	736
23. Julgamento.....	738
24. Improcedência.....	739
25. Procedência.....	739
26. Consequências .....	740
27. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena? .....	740
28. Reiteração .....	743
29. Sentença estrangeira .....	744
30. A Justiça Eleitoral e a Justiça Militar .....	745
31. Morte do condenado .....	745
32. A indenização .....	745
33. A reclamação .....	747
BIBLIOGRAFIA .....	749